

**UM RELATO DA EXTENSÃO NO NORTE DE MINAS: UMA ANÁLISE DO
ACESSO AOS DIREITOS BÁSICOS DA POPULAÇÃO EM VULNERABILIDADE
SOCIOECONÔMICA**

Glória Gabrielle Ribeiro Miranda¹

Em dezembro de 2018 tive a oportunidade de ser extensionista do Projeto Rondon Minas, me possibilitando conhecer a cidade de Juvenília - no norte de Minas - e colocar em prática o que aprendi na faculdade.

A primeira comunidade que visitamos foi Lote Grande. Logo de início recebemos a informação de que há uma grande evasão escolar e pessoas alcólatras na região. A cidade recebia o atendimento dos médicos do programa Mais Médicos quinzenalmente, e agora a população é atendida pelo posto de saúde da família (PSF) em Juvenília. O trajeto só ocorre se tiverem condição de pagar a gasolina e caso seja possível trafegar pela estrada, já que essa é muito precária e o caminho é intransitável em tempos de chuva muito forte. Como consequência disso, uma mãe nos contou que os alunos de Lote Grande que estudam em Juvenília costumam perder muitos dias de aula quando chove, por causa das condições da estrada.

Era curioso que Lote Grande fosse a única comunidade que possuía transporte exclusivo. Ao questionarmos aos moradores o motivo, eis a surpresa: Um deputado, doou um carro para a população, comprando votos no último período eleitoral. A população conta com um motorista voluntário e precisa pagar o próprio combustível quando usa o carro. Os moradores estão acostumados com o abandono dos políticos e se gabavam por desta vez terem sido espertos: pediram o transporte antes do voto, pois os políticos somem depois do período eleitoral.

Visitamos muitas casas e observamos a necessidade de lazer, de um posto de saúde, de saneamento básico e de vigilância sanitária. Observamos também um alto número de idosos, e que a população sobrevive, majoritariamente, da aposentadoria e do bolsa família.

Nos reunimos com a população para organizarmos uma feirinha de artesanato, comida e música. Assim, eles podiam compartilhar seus feitos, gerar renda e ter uma nova forma de lazer. Criamos um grupo com os moradores interessados e damos algumas sugestões, mas era importante que a iniciativa partisse deles, pois ficaríamos apenas duas semanas na cidade e haviam outras comunidades para visitarmos. Após ouvirmos as demandas do povo, contei a

¹ Graduanda do 5º período de Direito na Universidade Federal de Minas Gerais. Estudante. E-mail: gloria99ribeiro@gmail.com

história da Ocupação Eliana Silva, que fica em Belo Horizonte, no intuito de incentivar a organização popular.

Enquanto conhecíamos os moradores, nos foram relatados casos de necessidade de reconhecimento de paternidade, pedidos de recebimento de pensão alimentícia atrasada e casos de não recebimento. Orientamos a irem com os documentos no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Nossa equipe de extensão contou com um coordenador advogado, Matheus Resende, que ajudou muito na orientação tanto nossa quanto da população.

A cidade conta com uma única advogada, Lígia Garcia Pereira, que atende a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica uma vez por semana, pois é concursada como advogada analista administrativo e o cargo acumula outras funções. A maior parte do seu trabalho é com direito civil, direito de família: pensão alimentícia, divórcio e investigação de paternidade.

O atendimento da população é feito da seguinte forma: primeiro, a pessoa passa pela assistente social, que faz uma análise da situação da pessoa. Caso esteja em vulnerabilidade socioeconômica, é encaminhada para assistência jurídica. Nesse primeiro atendimento a pessoa conta seu problema para a Lígia, que nos informou que muitas as pessoas não sabem o que procuram no judiciário nem o que podem esperar de solução. Assim, são devidamente orientadas e saem com uma lista de documentos que a advogada vai precisar para realizar o trabalho e algumas orientações básicas (como procurar a polícia militar em caso de ameaças ou manter o convívio da criança com o genitor).

Já no segundo atendimento, a pessoa levará os documentos, que terão suas cópias feitas na própria secretaria para que as pessoas não tenham nenhum gasto. Lígia nos contou que tem moradores que já deixaram de procurar assistência jurídica por não terem condições de pagar as cópias. Assim, a advogada já deixa a peça esboçada e no terceiro dia as pessoas vão apenas pegar o número do processo que já foi distribuído.

Lígia foi muito solícita com nosso trabalho e nos relatou que a falta de conhecimento dos direitos básicos pela população dificulta a resolução dos conflitos. A maior dificuldade tanto na pensão alimentícia quanto na investigação/reconhecimento de paternidade, é que a pessoa não tem os dados da parte contrária. Na maioria das vezes falta o endereço, mas houve casos em que não se tinha sequer o nome.

O andamento do processo é prejudicado por dois principais motivos. O primeiro é que a pessoa atendida não tem os dados da parte contrária. Então a citação é expedida e volta não cumprida, por duas ou três vezes. Isso acaba gerando uma morosidade, pois é necessário solicitar a utilização dos sistemas do judiciário para localizar a outra parte. Assim, o processo

demora ainda mais. O segundo motivo é que Montalvânia, a comarca que atende à Juvenília, é de primeira entrância, com baixa demanda. Conseqüentemente não tem nenhum juiz titular. Ou seja, a comarca funciona com juízes cooperadores.

Lígia nos contou que já tiveram juízes ótimos e que normalmente os melhores são os que vem da comarca de Manga, pois a cidade é próxima e o percurso é em asfalto. O atual juiz, Dr. João Carneiro, atende a comarca semanalmente ou quinzenalmente e mantém o bom andamento dos processos. A advogada acredita que a descrença da população normalmente se deve a corriqueira falta de juiz na comarca.

A audiência de conciliação é marcada relativamente rápido. Entretanto, por diversas vezes, acontece de não ser realizada a audiência por não conseguirem intimar a parte contrária. Também descobrimos que muitos casos são resolvidos na audiência de conciliação. Sobre o acesso das pessoas aos locais de atendimento, Lígia nos informou que a prefeitura disponibiliza transporte para ela e para as partes no dia da audiência, desde que agendado com antecedência.

Haviam também outras questões muito importantes para tratarmos. O esgoto de Juvenília cai no rio Carinhanha e vai para Lote Grande causando muitos problemas. Visamos reduzir os danos, realizamos uma oficina de tratamento de água.

O próximo povoado que visitamos foi Lageado. Só conseguimos fazer a visita por causa da carona, não tivemos transporte oferecido por nenhuma instituição oficialmente.

Metade da comunidade possui o saneamento pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), o que era um diferencial. Lageado possui um assentamento, e são divididos por uma estrada asfaltada, muito boa, que facilita a chegada de recursos. Para o povo ir até Juvenília é necessário pegar o ônibus escolar na estrada até Montalvânia e de lá pegar carona com a população. Novamente a questão da mobilidade urbana-rural é essencial para o acesso da população aos seus direitos básicos. Além disso, alguns moradores não tinham condição financeira de arcar com os custos da conta de luz. Informamos as pessoas sobre a tarifa social da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), que eles poderiam solicitar no CRAS.

Como hoje há o abastecimento de água pela COPASA, os poços artesianos, que os moradores usavam até poucos anos atrás, estão desativados. Vimos que havia uma possibilidade de fazer com que o povo plantasse o ano todo e sem pagar pela água, caso eles funcionassem. Levamos essa demanda para os vereadores na terça-feira, considerando que precisam de uma reforma na estrutura da caixa, na valeta que vai a tubulação. A população se dispôs a trabalhar para isso, se a prefeitura oferecesse o material.

No assentamento, cuja terra foi cedida pelo Incra, observamos que a estrada é bem pior, de terra e desnivelada. Tem por volta de onze famílias morando nele, sem o abastecimento de água da COPASA.

Na segunda semana de extensão, fizemos uma oficina na Fundação Caio Martins (FUCAM, que também foi a instituição que nos abrigou) com brincadeiras com as crianças. Fizemos uma gincana, dividimos as equipes por cores e cada extensionista ficou responsável por uma. Fizemos e distribuimos pipocas.

Nós reunimos a tarde e os colegas que foram para Porto Agrário e Monte-rei nos contaram suas experiências. A equipe teve que ser dividida, pois nos faltava recursos para o transporte.

Durante o dia tentamos contato com o prefeito Rômulo e com a primeira dama. Fomos na casa deles, onde deixamos um bilhete no portão. Também fomos no trabalho dela, onde a irmã nos informou que ambos estavam em Belo Horizonte. O vice-prefeito também estava fora da cidade.

Já a noite fomos na reunião da Câmara. Inaugurou-se com uma leitura da Bíblia e foi lida a última ata, constava que a última reunião tinha sido dia 06/10. O prefeito estava sendo questionado pelo destino do dinheiro de um leilão realizado anteriormente e os vereadores receberam várias denúncias. No final pedimos um tempo de fala, em que o Matheus nos apresentou e eu li o seguinte texto escrito por mim:

Boa noite

Eu tenho uma grande admiração pela profissão de vocês. Como estudante de Direito, me interessa muito e sei da importância do Legislativo. E vocês têm muito trabalho além de legislar, devem fiscalizar o prefeito e ouvir as demandas da cidade. Essa parte a gente sabe que é difícil, fomos em Lote Grande, Lageado, Porto Agrário e Monte-Rei. Em todos os lugares vimos problemas no transporte, o que dificulta a presença de vocês nesses lugares. Nós, do Rondon, viemos com uma proposta de criar um canal de comunicação (ex. grupo de Whatsapp com Lote Grande para combinarmos a feirinha de sexta), devido a sensação de isolamento que percebemos nos distritos. Gostaríamos de solicitar uma ajuda no transporte para voltarmos para Porto-Agrário e Monte-rei, devido ao grande número de portadores de sofrimento mental e explorar as potencialidades dos distritos (o que já trabalhamos em Lote Grande e Lageado, inclusive vamos discutir amanhã às 14 horas aqui na Câmara e fica o convite para todos vocês ajudarem a fortalecer a comunicação dos grupos).

Já entramos em contato com o CRAS, postos de saúde, realizamos um cortejo, fizemos atividades com os meninos da FUCAM, fizemos uma parceria com o Amigos de Minas para

doarem cestas básicas e roupas, tivemos o apoio do Padre William, disposto a nos ajudar. Temos uma ação na escola Antônio Ortiga, com uma oficina de conscientização sobre o uso de drogas e uma mostra de profissões. Mas ainda precisamos de ajuda no transporte para Porto Agrário e Monte-rei, para continuarmos nossos trabalhos, devido a alta necessidade de atenção à saúde mental e desenvolvimento econômico. Venho lembrar da importância de vocês, eleitos pelo povo para trabalhar para o povo. Parabéns pelo trabalho de vocês.

Depois conversamos com os vereadores individualmente, percebemos uma forte culpabilização da população pela própria situação dela e que muitos vereadores resumem seus trabalhos a distribuir cestas básicas. A ideia de meritocracia era unânime entre os vereadores que conversaram conosco. Um inclusive disse que o povo não paga a conta de luz porque não quer, mesmo sabendo sobre a situação de pobreza da comunidade.

Tínhamos três oficinas a serem realizadas nas escolas: relaxamento com os professores, mostra de profissão e conscientização sobre o uso de drogas. Só conseguimos fazer a de relaxamento, todas as outras foram canceladas após nossa visita à Câmara. No dia 18/12, às 14 horas tivemos um encontro com os membros de toda a comunidade e fomos para a Praça do Bosque tocar violão e interagir com os moradores para ocuparem o espaço. Montamos um sarau para o dia 19, confeccionamos cartazes, convites e os distribuímos. Realizamos o Sarau com música, dança e poesia.

No dia seguinte fizemos uma intervenção na Câmara com o povo e as agentes comunitárias de saúde no dia do hipertenso. Medimos a pressão arterial e fizemos o teste do diabetes. Enquanto isso eu orientei as pessoas sobre os procedimentos, ouvi as demandas e entreguei cartões que confeccionamos para entretê-los durante a espera. Servimos um lanche e fizemos uma dinâmica com perguntas sobre hipertensão, dividindo o povo em duas equipes com placas de “sim” e “não”. Ensinamos alguns alongamentos e fizemos uma dinâmica com as agentes comunitárias de saúde, em que cada uma tinha que falar a qualidade de sua colega. Ouvimos histórias e trabalhamos no sentido de valorizar esse profissional tão importante.

No dia 22/12 fizemos nossa viagem de volta, pegando quatorze horas de estrada. Sem dúvida foi uma experiência transformadora, em que pude perceber outra realidade. Algumas questões muito distantes dos problemas e da lógica que temos na capital e outras muito próximas, como a mobilidade urbana. Espero participar novamente do Projeto Rondon Minas, contribuir e aprender ainda mais.